

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO

A

- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N.º 2.545-7 – Distrito Federal** - Medida cautelar – Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – Confenen – Aparente afronta ao art 5.º, XXXV.....660
- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N.º 1.679-7 – Goiás** – Medida Cautelar – Associação Nacional dos Procuradores do Estado. Cautelar deferida.....646
- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N.º 2.700 – Rio de Janeiro** – Medida Cautelar. Direito Constitucional. Recusa de promoção do juiz mais antigo. Aparente conflito entre art. 93, *caput* e incisos II, “d”, e X da CF/88 e art 156 da Constituição Estadual R.J.....683
- APELAÇÃO NA AÇÃO ORDINÁRIA N.º 2002.004.000794-9** – Crime ocorrido no interior de escola pública estadual. Alegação de responsabilidade civil do Estado. Incompetência do Juízo de Araruama para julgar causas contra o Estado. *Érick Ribeiro Maués Patxão*.....801
- ARAGÃO, Alexandre Santos de** – a Teoria dos Poderes Neutrais do Estado – os operadores do Direito Constitucional x alargamento dos poderes do Supremo Tribunal Federal – Lei n.º 9.868/99 – a evolução da Teoria dos Poderes Neutrais – a subsunção das Cortes Constitucionais ao seu atual perfil – a atipicidade do controle abstrato de constitucionalidade das leis em relação à tradicional classificação tripartite dos poderes estatais – a neutralidade do Supremo Tribunal frente aos interesses do Estado – *O Controle da Constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal à luz da Teoria dos Poderes Neutrais*.....29

B

- BAPTISTA, Felipe Derbei C.** -Evolução do controle judicial de constitucionalidade das leis – análise de influência dos diversos sistemas na disciplina brasileira de fiscalização da constitucionalidade – matriz de controle jurisdicional de constitucionalidade criada nos EUA e na Áustria – elementos de influência na construção da fiscalização jurisdicional da constitucionalidade das leis do país – *A Evolução Histórica da Jurisdição Constitucional e Sua Influência no Direito Constitucional Brasileiro*.....143
- BAPTISTA, Patrícia F.** – relações que imbricam as noções de legalidade, de legitimidade e de princípios jurídicos – a concepção weberiana – a crise de legitimidade da lei formal – novos filtros de legitimação para o Direito – procedimentos e princípios jurídicos – *Direito e Poder – A Crise da Legalidade Formal e as Novas Formas de Legitimação no Estado de Direito Contemporâneo*.....278
- BARROSO, Luís Roberto; Barcellos, Ana Paula de** – interpretação constitucional tradicional : modelo de regras – nova interpretação constitucional : modelo de

princípios – perspectivas pós-positivistas do Direito – reflexão filosófica X prática jurisprudencial – o raciocínio ponderativo – o processo argumentativo: fundamento de legitimidade da ação judicial – princípios específicos de interpretação constitucional – modalidades de eficácia dos princípios – a importância do princípio da razoabilidade – nova interpretação constitucional X transformação das estruturas, emancipação das pessoas, tolerância política e o avanço social – *O Começo da História. A Nova Interpretação Constitucional e o Papel dos Princípios no Direito Brasileiro*.....305

BIOLCHINI, Monique Calmon de Almeida – transporte internacional marítimo – soluções para a pacificação social dos conflitos de direitos envolvidos – política nacional de transportes marítimos – a importância do ressurgimento da construção naval – a armação nacional, o Poder Estatal e a segurança nacional – o papel do juiz e da ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) – a importância da edição de norma legal – *Empresas de Papel*.....391

C

CARVALHO, Vanessa Cerqueira Reis de – prosseguimento da execução do Projeto da Linha 3 do Metrô: implantação da ligação sobre trilhos Rio/Niterói/São Gonçalo – Análise de Convênio firmado dentro dos dois últimos quadrimestres do mandato – a necessidade – de preservar o princípio da continuidade do serviço público em prol da eficiência do mesmo – interpretação da norma do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal: dos Restos a Pagar, diante dos atos praticados e obrigações contraídas – processo licitatório e atendimento do cronograma de desembolso dos recursos da União – *Parecer n.º 004/2002*463

CARVALHO, Vanessa Cerqueira Reis de – Norma do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal – 1.º ano de aplicação para o final de mandato dos Governadores do Estado – a gestão fiscal responsável e suas conseqüências – o atendimento do interesse público – *A Interpretação do Artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal: dos Restos a pagar*.....463

CONTESTAÇÃO NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA N.º 11.670/1.º – Ação civil pública objetivando provimento judicial que determinasse ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, liminarmente, que inicie, de imediato, o processo para obras de adequação de imóvel e instale no mesmo endereço o novo CRIAM de Duque de Caxias e o Centro de Internação Provisória – *Renato Ayres Martins de Oliveira*856

COSTA E SILVA, F.º, Carlos da – Reclamantes buscam haver do IPERJ – e não do RIOPREVIDÊNCIA ou do Estado do Rio de Janeiro a atualização de suas pensões previdenciárias, bem como o pagamento das diferenças entre o valor devido e o valor efetivamente pago a título de pensão. – *Reclamação N.º 2019-3/RJ*731

CUNHA, Sérgio Pimentel Borges da – a ética nas atividades do magistrado – a responsabilidade social do juiz e do Poder Judiciário : implicações e limites – importância: a importância dessa responsabilidade no Estado Democrático de

Direito e na efetividade dos direitos fundamentais – aquisição de legitimidade pelas decisões judiciais – o papel prioritário da argumentação jurídica e da exigência constitucional de fundamentação no desempenho do magistrado – *Responsabilidade Social do Juiz, Argumentação Jurídica e Aplicação dos Princípios Constitucionais Fundamentais. MANDADO DE SEGURANÇA Art 5.º, LXIX, da CF e art 1.º da Lei n.º 1.533/51* – Mandado de segurança visando sustar efeitos e desconstituir decisão judicial proferida pelo Juiz Auditor da Auditoria Militar do Estado do Rio de Janeiro.....445

D

DISCURSO PROFERIDO PELO EXMO. SR. PROCURADOR-GERAL DO ESTADO SÉRGIO BARBOSA NEVES EM SUA CERIMÔNIA DE POSSE NO REFERIDO CARGO – *Sérgio Barbosa Neves*.....834

E

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA N.º 11.603 – Espírito Santo – Itaparica Ltda. Reserva ecológica.....725

ESPÍNDOLA, Leonardo – *Habeas Corpus Preventivo* com pedido de liminar – Prisão – Procurador do Estado do Rio de Janeiro – Crime de desobediência – *Habeas Corpus Preventivo com pedido de liminar*.....787

ESTRELLA, André Luiz Carvalho – o regime dos créditos do ICMS: crédito físico e financeiro – efeitos – o regime de crédito financeiro e a observação dos limites expressos na própria norma que o estabelece – o Regime do IVA – Imposto sobre o Valor Agregado – as linhas mestras do funcionamento do ICMS – os créditos e seu manejo – o efeito negativo do uso de forma ampla e irrestrita do crédito financeiro na arrecadação tributária dos Estados-membros – *O Crédito Financeiro do ICMS – artigo 20, § 1.º, da Lei Complementar N.º 87/96 – Bens de Uso, Consumo e Ativo Permanente e o Seu Regime no IVA do Mercado Comum Europeu*.....64

F

FERRAZ, Luciano – Modernização da Administração Pública – Auditorias de Programas – Auditoria de Gestão – Competência dos Tribunais para a realização de auditorias – Desempenho operacional – Medidas implementadas para beneficiar a sociedade – *Modernização da Administração Pública e Auditorias de Programas*.....297

FIGUEREDO, Geraldo Arruda – As reclamantes buscam haver do IPERJ – e não do RIOPREVIDÊNCIA ou do Estado do Rio de Janeiro – a atualização de suas pensões previdenciárias, bem como o pagamento das diferenças entre o valor devido e o valor efetivamente pago a título de pensão. – *Reclamação N.º 2019-3/RJ*731

H

HABEAS CORPUS PREVENTIVO COM PEDIDO DE LIMINAR - Habeas Corpus preventivo com pedido de liminar impetrado em prol de Joaquim Ferreira Filho. Prisão administrativa – Recalmação Trabalhista n.º 1491/99 – Crime de desobediência e de depositário infiel. – *Leonor Nunes de Paiva e Leonardo Espíndola*.....787

J

JANSEN, Letácio – A insuficiência dos remendos – A nova Lei de Usura – O novo Código Civil – Regulamentação do sistema financeiro – Situação da FEBRABAM – Inconstitucionalidade da Taxa Selic – *O Quebra-Cabeça dos Juros no Brasil*.....261

JATAHY, Aline Reis de Souza – o pleito de extinção das pendências originadas da cobrança do ICMS sobre prestação de serviços aéreos e de cancelamento das inscrições dos créditos correspondentes em dívida ativa – a necessidade de exame a ser feito pelo Fisco à luz das premissas antes assentadas nas ADINs relacionadas – a necessidade de a Administração abster-se de exigir o ICMS sobre a prestação de serviços aéreos e de transporte de carga internacional – a necessidade de se rever a legislação tributária instituidora de obrigações acessórias – *Parecer N.º 01/2002*.....582

JATAHY, Aline Reis de Souza – norma legal tributária e a norma regulatória – legalidade administrativa – legalidade tributária – função normativa das Agências Regulatórias – validade de conceitos jurídicos indeterminados em matéria tributária – existência de espaço aberto à participação do Executivo – validade e utilidade da norma regulatória – norma regulatória como instrumento de subsunção dos conceitos juridicamente indeterminados – Convivência possível entre a norma regulatória e a norma legal tributária – Posição jurisprudencial – *A Norma Regulatória e a Legalidade Tributária : uma convivência possível*.....42

L

LEI N.º 3.239/99 – processo administrativo – autorização para cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro, integrantes da Bacia do Rio Paraíba do Sul – normas previstas – competência concorrente do Estado – *Parecer n.º 01/03 – Maria Luiza Werneck dos Santos*.....527

LEI N.º 9.433/97 – processo administrativo – normas, princípios e diretrizes que formam a Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH – *Parecer n.º 01/03 – Maria Luiza Werneck dos Santos*.....527

LEI N.º 9.984/00 – processo administrativo – criação da Agência Nacional de Águas (ANA), com natureza de norma geral – *Parecer n.º 01/03 – Maria Luiza Werneck dos Santos*.....527

LEI N.º 8.666/93 – inaplicabilidade da hipótese de dispensa de licitação prevista no art 24, inciso XIII – necessidade de procedimento licitatório para contratação

da Fundação PRO UNIRIO – natureza jurídica da fundações de apoio – *Parecer n.º 03/2002 – Hugo Travassos Sette Câmara*.....601

LEI N.º 8.958/94 – art. 1.º – fundamento legal para relações entre as fundações de apoio e as instituições federais – convênio celebrado pelas Secretarias e entidades do Estado do Rio de Janeiro com a Fundação PRO UNIRIO – *Parecer n.º 03/2002 – Hugo Travassos Sette Câmara*.....601

LEI N.º 6.404/76 – formação de estrutura consorcial – disciplina do consórcio – personalidade jurídica do consórcio – Lei das S.A. – *Doutrina – Horácio Augusto Mendes de Souza*.....202

LEI N.º 8.884/94 – caracteriza o abuso de poder econômico, com eventual eliminação da concorrência, aumento arbitrário de lucros ou dominação de mercados – *Doutrina – Horácio Augusto Mendes de Souza*.....202

LEI N.º 8.987/95 – rege o consórcio para a prestação de serviços públicos – *Doutrina – Horácio Augusto Mendes de Souza*.....202

LEI N.º 6.830/80 – Lei de Execuções Fiscais com aplicação relativa à causa interruptiva da prescrição: a citação pessoal – *Doutrina – Fernanda Taboada*.....177

LEI N.º 7.347/85 – Ação Civil Pública – ajustamento de conduta – acordos substitutivos que poderão ser eventualmente aplicados na Administração – *Doutrina – Diogo de Figueiredo Moreira Neto*.....106

LEI N.º 9.427/96 – atividade administrativa parajudicativa: Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – *Doutrina – Diogo de Figueiredo Moreira Neto*.....106

LEI N.º 9.427/97 – atividade administrativa parajudicativa: Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e Agência Nacional de Petróleo – ANP – *Doutrina – Diogo de Figueiredo Moreira Neto*.....106

LEI N.º 10.223/01 – atividade administrativa parajudicativa – Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – *Doutrina – Diogo de Figueiredo Moreira Neto*.....106

LEI N.º 10.028/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal e sua aplicabilidade em autarquias, fundações e empresas estatais – *Doutrina – Flávio C. de Toledo Jr.*.....192

LEI N.º 3.871/02 – Lei estadual protetiva da infância, juventude e consumidor – preservação de direitos sociais difusos, voltada às pessoas jurídicas responsáveis pela criação, confecção e distribuição de peças publicitárias – *Parecer n.º 01/02 – Processo Administrativo n.º E-12/4178/2002 – Fernando Lemme Weiss*.....539

LEI N.º 1.696/90 – inconstitucionalidade da incidência de adicional de tempo de serviço sobre parcela remuneratória relativa à incorporação – fixação de proventos – *Parecer n.º 11/2002 – Augusto Henrique Pereira de Souza Werneck Martins*.....501

LEI N.º 1.206/87 – vencimento base atribuído ao cargo de Secretário de Estado – hipótese de vinculação vedada pela Constituição Federal – *Parecer n.º 11/2002 – Augusto Henrique Pereira de Souza Werneck Martins*.....501

LEI N.º 9.868/99 – Art 27 – atribui ao Supremo Tribunal Federal (STF) o mister de, ao declarar a inconstitucionalidade em via abstrata, fixar os efeitos da sua

decisão – <i>Doutrina – Alexandre Santos de Aragão; Doutrina – Felipe Derbli C. Baptista</i>	143
LEI N.º 9.432/97 – normas regulatórias do mercado aquaviário dispondo sobre regimes de navegação, obrigatoriedade de transporte em navio de bandeira brasileira – ANTAQ – <i>Doutrina – Monique Calmon de Almeida Biolchini</i>	391
LEI N.º 10.407/2002 – Lei Orçamentária da União – implantação do transporte sobre trilhos no Corredor Carioca/Niterói/São Gonçalo – Análise de Convênio – <i>Parecer n.º 004/2002 – Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho</i>	483
LEI N.º 4.320/64 – Lei de Responsabilidade Fiscal: Restos a pagar – normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal – interpretação restritiva do art 42 da referida lei – <i>Doutrina – Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho</i>	463
LEI COMPLEMENTAR N.º 87/96 – Regime de crédito do ICMS e sua natureza jurídica – artigo 20, parágrafo 1.º – bens de uso, consumo e ativo permanente e o seu regime no IVA do Mercado Comum Europeu – <i>Doutrina – André Luiz Carvalho Estrella</i>	64
LEI N.º 2.657/96 – institui o ICMS no tocante a serviços de transporte aéreo doméstico de carga no âmbito do Estado do Rio de Janeiro – <i>Parecer n.º 01/2002 – Aline Reis de Souza Jatahy</i>	582
LEI N.º 1.427/89 – Fixação de multa de 10% sobre o valor do imposto devido em caso de atraso na abertura de inventário – <i>Parecer – Promoção s/n.º – André Luiz Cid Maia</i>	594
LIMA, João Luiz Ferraz de Oliveira – a possibilidade de o BIRD modificar, desde que limitado ao princípio da razoabilidade, a decisão da comissão de licitação acerca da pré-qualificação dos licitantes – a necessidade de que o contrato de financiamento tenha sido submetido aos requisitos para a prevalência das normas do organismo internacional – necessidade de que as normas façam previsão expressa para tais alterações e que o fundamento das alterações seja razoável e isonômico – <i>Parecer n.º 01/2003</i>	634
M	
MAIA, André Luiz Cid – A constitucionalidade da exibibilidade da multa de 10% sobre o imposto de transmissão <i>causa mortis</i> , cuja abertura de inventário não foi requerida no tritídio legal, ser exigível – a irrelevância da distribuição do testamento em tempo hábil para fins de sustar a incidência da multa – <i>Promoção s/n.º</i>	594
MANDADO DE SEGURANÇA Art 5.º, LXIX, da CF e art 1.º da Lei n.º 1.533/51 – Mandado de segurança visando sustar efeitos e desconstituir decisão judicial proferida pelo Juiz Auditor da Auditoria Militar do Estado do Rio de Janeiro – <i>Reinaldo F.A. Silveira e Sérgio Pimentel Borges da Cunha</i>	818
MANDADO DE SEGURANÇA N.º 24.073-3 – Distrito Federal – Tribunal de Contas da União.....	674

MEDINA, Marcelo Borges de Mattos – a arguição da inconstitucionalidade no controle difuso – o exercício da fiscalização constitucional concentrada – o controle difuso – os limites da <i>auctoritas rei iudicatae</i> – observações sobre a possibilidade de que a declaração incidental de inconstitucionalidade de um ato normativo obste a que o STF resolva a controvérsia constitucional em abstrato no julgamento de uma ação direta de inconstitucionalidade – <i>Controle Difuso de Constitucionalidade por meio de Ações Coletivas</i>	345
MOREIRA, José Carlos Barbosa – a questão da duração do pleito judicial – a inviabilização da proteção do direito postulado pela inevitável demora da prestação jurisdicional – a tutela de urgência no direito brasileiro – o requisito da reversibilidade – <i>Tutela e Urgência e Efetividade do Direito</i>	244
MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo – da democracia formal à substantiva – consenso como espírito da democracia e da civilização ocidental – governo e consenso – os quatro pilares democráticos do novo constitucionalismo – governo por consenso – as mudanças no direito público brasileiro – <i>Novas tendências da democracia: Consenso e Direito Público na virada do século – O caso brasileiro</i>	106

N

NEVES, Sergio Barbosa; Câmara, Maurício Santiago – Medida Cautelar Inominada com pedido de Liminar. A dívida do Estado para com a União – Cláusulas de Auto-Execução de dívida pecuniária – <i>Medida Cautelar Inominada com pedido de Liminar</i>	766
---	-----

P

PAIXÃO, Erick Ribeiro Maués – Apelação na Ação Ordinária n.º 2001.004.000794-9.....	801
PARECER N.º 10/2001 – Disque-denúncia. Razoabilidade. Viabilidade jurídica da Administração Pública proceder às irregularidades porventura praticadas por servidor público, inclusive policiais militares – <i>Luiz Fernando Rodrigues dos Santos</i>	512
PARECER S/N.º/2002 – Emissão de certidões de dívida ativa substitutivas visando a adequação de débitos inscritos quanto ao ICMS incidente sobre o transporte aéreo – VASP – <i>Maria Luíza F.C. Garcia de Souza</i>	623
PARECER N.º 01/02 – Competência constitucional concorrente – interseção com competência privativa da União – Constitucionalidade da Lei Estadual Protetiva da Infância, juventude e consumidor – <i>Fernando Lemme Weiss</i>	623
PARECER N.º 01/02 – Servidor público ocupante exclusivamente de cargo em comissão, considerado extraquadro. Impossibilidade de aposentação pelo regime estatutário. Impossibilidade de transferência das contribuições previdenciárias recolhidas pelo IPERJ para o INSS – <i>Flávio de Araújo Willeman</i>	572
PARECER N.º 03/2002 – Natureza jurídica das fundações de apoio – convênio guarda-chuva celebrado pelas Secretarias e entidades do Estado do Rio de Janeiro com a Fundação PRO UNIRIO – natureza contratual dos instrumentos	

accessórios – necessidade de procedimento licitatório para contratação da PRO UNIRIO – <i>Hugo Travassos Sette Câmara</i>	601
PARECER N.º 08/2002 – Decreto Estadual n.º 25.251/99, que dispõe sobre a emissão de bilhetes aéreos por parte da Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro – TURISRIO. Inaplicabilidade à Procuradoria Geral do Estado por força da Emenda Constitucional n.º 026/2002 – <i>Henrique Bastos Rocha</i>	559
PARECER N.º 09/2002 – Aplicação, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, do art.54 da Lei Federal n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e da Lei Estadual n.º 3.870, de 24 de junho de 2002, que fixam o prazo decadencial de 05 anos para a Administração Pública anular os atos administrativos – <i>Alexandre Simões da Câmara e Silva</i>	843
PARECER N.º 11/2002 – Incorporação – Fixação de Proventos – Legalidade da contagem em dobro do tempo de exercício em cargo em comissão de dirigente de autarquia – constitucionalidade do art. 6.º, parágrafo único, da Lei 1.696, de 8 de maio de 1990, com a redação dada pela Lei 1.696/90 – Inconstitucionalidade da incidência de adicional de tempo de serviço sobre parcela remuneratória relativa à incorporação – <i>Augusto Henrique Pereira de Souza Werneck Martins</i>	501
PARECER N.º 01/03 – As regras que disciplinam o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos devem observar as normas gerais constantes das leis relativas ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. – <i>Maria Luíza Werneck dos Santos</i>	527
PARECER N.º 004/2002 – Implantação da ligação sobre trilhos Rio/Niterói/São Gonçalo – Convênio firmado dentro dos (2) dois últimos quadrimestres – Interpretação do art 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal: dos Restos a Pagar – <i>Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho</i>	483
PARECER N.º 01/2002 – ICMS incidente sobre a prestação de serviços de transporte aéreo – ICMS sobre o transporte aéreo de carga não alcançado pelas decisões do STF – Revisão das alíquotas internas – <i>Aline Reis de Souza Jatohy</i>	582
PARECER N.º 01/2003 – Administrativo – Licitação – Procedimento de Pré-Qualificação – Recursos do BIRD – Submissão às normas de licitação do Banco – MARUBENI CORPORATION – Licitude – <i>João Luiz Ferraz de Oliveira Lima</i>	634
PARECER S/N.º – Procuradoria de Sucessões – Promoção – <i>André Luiz Cid Maia</i>	594
PAULA FREITAS, Marcello Cinelli de – Introdução – Evolução histórica da doutrina processual – Atos jurídicos processuais – Existência e irregularidade dos atos processuais – Invalidez dos atos processuais – Conclusão – <i>Os atos processuais e as invalidades</i>	370
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Decreto estadual n.º 25.251/99 – TURISRIO – regulamentação da matéria – Inaplicabilidade à PGE por força da Emenda Constitucional n.º 026/2002, que altera os incisos 1.º e 5.º do art 176 e o art 212 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro – Assegurando-lhes autonomia administrativa e financeira – <i>Henrique Bastos Rocha</i>	559

PROCESSO ADMINISTRATIVO – Emissão de certidões da Dívida Ativa substitutivas às de n.ºs 2001/000.944-5, 2001/000.945-2 e 2002/000.479-0 visando a adequação dos débitos inscritos ao decidido pelo STF – VASP – execuções fiscais – <i>Maria Luíza F.C. Garcia de Souza</i>	623
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Autorização de cobrança à SERLA (Superintendência Estadual de Rios e Lagos) pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro, – integrantes da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – art. 27 e seguintes da Lei estadual n.º 3.239/1999 – <i>Maria Luíza Werneck dos Santos</i>	527

R

RECLAMAÇÃO N.º 2019-3 – Rio de Janeiro – IPERJ – RIO PREVIDÊNCIA – <i>Carlos da Costa e Silva Filho e Geraldo Arruda Figueredo</i>	731
RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA N.º 14.238 –MG – Tributário. Financeiro. Recurso Mandado de Segurança. ICMS. Repartição de receitas. VAF (valor adicionado fiscal). Critério Constitucional. Recurso conhecido e provido.....	712

S

SANTOS, Luiz Fernando Rodrigues dos – da evolução política do Estado (a afirmação e/ou reconhecimento das liberdades públicas) – Da razoabilidade – da jurisprudência pátria – apuração de irregularidades porventura praticadas por policiais militares – <i>Parecer n.º 10/2001</i>	512
SANTOS, Maria Luíza Werneck dos – Regras que disciplinam o Sistema Estadual de Recursos Hídricos – Competência para fixação e cobrança pelo uso dos recursos hídricos – Plano de Bacia Hidrográfica – Cadastramento dos usos sujeitos à outorga – Cobrança dos usos outorgados – Renúncia do Estado à autonomia conferida pela CF – <i>Parecer n.º 01/03</i>	527
SETTE CAMARA, Hugo Travassos – Natureza jurídica das fundações de apoio – Convênio guarda-chuva celebrado pelas Secretarias e entidades do Estado do Rio de Janeiro com a Fundação PRO UNIRIO – natureza contratual dos instrumentos accessórios – necessidade de procedimento licitatório para contratação da PRO UNIRIO – <i>Parecer n.º 03/2002</i>	601
SILVA, Alexandre Simões da Câmara e – Aplicação da Lei Federal n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e da Lei Estadual n.º 3.870, de 24 de junho de 2002, que fixam o prazo decadencial de 5 anos para a Administração Pública anular os atos administrativos – Prêmio Jurídico Diogo de Figueiredo Moreira Neto – <i>Parecer n.º 09/2002</i>	843
SILVEIRA, Reinaldo F.A – Imposição de pena disciplinar contra soldado da Polícia Militar – Afronta ao art 142, parágrafo 2.º, c/c art 42, parágrafo 1.º, da CF – Legitimidade ativa do Estado – Admissibilidade do mandado de segurança contra ato judicial – grave perigo de dano à ordem administrativa, à segurança pública e à disciplina e hierarquia militar – <i>Mandado de Segurança Art.5.º, LXIX, da CF e art. 1.º da Lei n.º 1.533/51</i>	818

SIQUEIRA , Pedro Eduardo Pinheiro Antunes de – Origens do Estado Federal – Teorias federalistas – Teoria de Calhoun e Syedel – Teoria de Zorn – Teoria de Laband – Teoria de Girke, Kelsen e Haenel – Caracterização do Estado Federal – União de Estados – O federalismo no Brasil – Intervenção federal – <i>O Federalismo</i>	406
SOUZA , Horácio Augusto Mendes de – Consórcio – Estrutura consorcial – conceito – consórcio e Lei das S.A. – Abuso do poder econômico – Termo de Acordo Operacional – Contratações com a administração pública – Lei das Licitações – Consórcio e Arbitragem – <i>Estrutura Jurídica do Consórcio Destinado às Contratações com a Administração Pública</i>	202

T

TABOADA , Fernanda – decisões recentes do STJ sobre a citação como causa interruptiva da prescrição – alteração de norma recepcionada com força de Lei Complementar por disposição de mera lei ordinária – necessidade de lei complementar para dispor sobre a prescrição do crédito tributário na Constituição de 1967 – Lei de Execuções Fiscais – <i>O Despacho Citatório como causa de interrupção da prescrição do crédito tributário</i>	177
TELLES , Eduardo Maccari – responsabilidade estatal por atos omissivos e o novo Código Civil – o art 15 do novo Código – <i>A Responsabilidade Civil do Estado por atos omissivos e o novo Código Civil</i>	127
TOLEDO JR. , Flávio C. de – características que formam a administração indireta – o alcance da Lei de Responsabilidade Fiscal – limites fiscais – limitação de empenho – apuração do resultado de exercício – Prestação de contas – anexos fiscais – <i>As Autarquias, Fundações e Empresas Estatais na Lei de Responsabilidade Fiscal</i>	192

W

WEISS , Fernando Lemme – processo administrativo – competência constitucional concorrente – interseção com competência privativa da União e Estado – constitucionalidade – Lei estadual protetiva da infância, juventude e consumidor – normas de defesa do consumidor – restrição a peças publicitárias consideradas imorais – <i>Parecer n.º 01/02</i>	539
WERNECK MARTINS , Augusto Henrique Pereira de Souza – requerimento de aposentadoria proporcional por servidor público – determinação de diligência pelo Tribunal de Contas do Estado – fixação de proventos – Incorporação – Legalidade da contagem em dobro do tempo de exercício em cargo em comissão de dirigente da autarquia – constitucionalidade do art.6º, § único, da Lei 1649, de 08 de maio de 1990, com redação dada pela Lei 11696/90 – Inconstitucionalidade da incidência de adicional de tempo de serviço sobre parcela remuneratória relativa a incorporação – <i>Parecer n.º 11/2002</i>	501
WILLEMAN , Flávio de Araújo – processo administrativo – impossibilidade de aposentação de servidor público, considerado extraquadro, pelo regime estatutário – ocupante exclusivamente de cargo em comissão – interpretação	

do art. 201,§ 9.º, CRFB de 1988 e de Lei Nacional 9796/99 – impossibilidade de transferência de contribuições do IPERJ para o INSS – *Parecer n.º 01/02*.....

Z

ZANANDRÉA , Carlos Augusto – política de importação – política de exportação – discussão acerca de matéria tributável – desoneração por deduções – capacidade contributiva de impostos – <i>Aspectos econômicos e tributários do comércio exterior</i>	94
---	----